

17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 01 DE AGOSTO DE 2013.

Ao primeiro dia do mês de agosto de 2013 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início à décima sétima reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência da presidente e representante titular da Sociedade Civil representando as Organizações de Atendimento a Pessoas com Deficiência. Estiveram presentes na reunião **dezessete (17) conselheiros sendo: sete (7) do poder público e dez (10) da sociedade civil, sendo os seguintes conselheiros titulares:** Dalva Deodato Taveira, Márcia Helena Vieira Pimenta, Cristiane Barcaroli, Carlos Donizete Moreira Matos, José Fernando Siqueira da Silva, Elisa Francisconi, Raquel Renzo da Silva, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão, Patrícia Ferreira da Rocha Marchezin, Selma Cristina Antoniette Badoco, Josiane Aparecida Antunes de Campos; **conselheiros suplentes:** Jane Izabel Miranda Biagioti Lellis, José Carlos Gomes, Aparecida das Dores Oliveira Schmidt Capela, Juliana Bertazzi Passone; **conselheiros na titularidade:** Adriana da Silva Bazon Porfírio. **Com a seguinte pauta: Assunto: Casa São Camilo de Lellis– Reordenamento:** Proposta de execução de dois serviços: Serviço de Acolhimento Institucional para jovens e adultos com deficiência em **Residência Inclusiva** e Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias em **Centro Dia; Termo de Aceite** – Cofinanciamento Federal para a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social; **Termo de Aceite** - Cofinanciamento Federal para a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; **Comissões de Trabalhos** – Proposta de calendário. **Informes: Convite da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência /Prefeitura de Franca-** Reunião técnica e apresentação do **PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA “VIVER SEM LIMITE”**. – dia 27 de Agosto – 14 ÀS 16H no auditório do SENAI; **Acervo do CMAS** – recebimento do Caderno de orientações e Legislação do Programa Bolsa Família e Cadastro Único; **Audiência Publica na Câmara Municipal sobre PPA e LDO** – dia 05/08/13 às 19 h 30; **Assembleia para Eleição de Representantes da Sociedade Civil para o Conselho PCD** – dia 08/08/13 às 09h na Secretaria de Ação Social. A presidente Tina iniciou a reunião fazendo a leitura da pauta que foi aprovada sem alterações. Foram

36 apresentadas as justificativas de ausência dos conselheiros: Tereza e Solange.
37 Em seguida, Tina solicitou a manifestação dos participantes que
38 compareceram pela primeira vez na reunião e o assistente social Leonildo
39 apresentou-se informando que atuará junto ao Centro Pop. Após, a secretária
40 Raquel realizou a leitura da ata da reunião do dia 18 de julho de 2013, que
41 também foi aprovada sem ressalvas. Na sequência Tina fez algumas
42 considerações sobre a Conferência Municipal ocorrida nos dias 24 e 25 de
43 Julho, enfatizando que a mesma foi bastante proveitosa, informando que na
44 próxima reunião ordinária do Conselho será apresentada uma síntese dos
45 resultados da Conferência. O primeiro assunto da pauta referiu-se ao
46 reordenamento da Casa São Camilo de Lellis, que apresentou a proposta de
47 execução de dois serviços: a Residência Inclusiva e o Centro Dia para Idosos.
48 Após a leitura dos ofícios da Casa São Camilo e da SEDAS, Tina solicitou que
49 a equipe de monitoramento do Órgão Gestor apresentasse informações ao
50 colegiado sobre o processo de acompanhamento da Entidade. A assistente
51 social, Carmem, informou que a equipe de monitoramento realizou algumas
52 visitas à instituição, sendo constatado que o serviço de acolhimento não realiza
53 atualmente o atendimento 24h, pois os usuários são encaminhados para suas
54 famílias aos finais de semana. Relata que a instituição afirmou que desde a sua
55 origem fez opção em não ofertar o serviço de acolhimento nos finais de
56 semana, corresponsabilizando as famílias pela proteção da pessoa idosa e
57 buscando, assim, o fortalecimento dos vínculos familiares. Após algumas
58 visitas, encontros e diálogos com a Coordenação e Equipe Técnica da
59 Instituição, o Órgão Gestor propôs a construção de um Plano de Providências
60 para adequação dos serviços às normativas atuais. Cidinha, membro da equipe
61 de monitoramento, destacou que por ocasião da inscrição da instituição junto
62 ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS foi realizado um esforço
63 de aproximação com o que estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços
64 Socioassistenciais, e considerando a peculiaridade das ações desenvolvidas, o
65 serviço foi inscrito como de longa permanência para idosos, porém neste
66 momento, verifica-se que o Serviço de Centro Dia adéqua-se melhor ao perfil
67 da instituição. Enfatizou que a Casa São Camilo sinalizou ainda a possibilidade
68 de assumir o Serviço de Residência Inclusiva, considerando que possui 05
69 usuários com perfil para esse atendimento, ou seja, 50% da capacidade de
70 atendimento de cada residência. A coordenadora administrativa, Dalva,

71 lembrou que o Órgão Gestor fez o Aceite desse Serviço de Residência
72 Inclusiva que deverá ser implantado neste segundo semestre de 2013. Quanto
73 ao Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e
74 suas famílias em Centro Dia, explicou que a implantação está prevista para o
75 ano de 2014, quando a Casa São Camilo deixará de executar o Serviço de
76 Acolhimento para Idosos e implantará o Centro Dia. Tina solicitou que a
77 entidade também se manifestasse. A coordenadora Elenir, disse que o trabalho
78 da Entidade já é conhecido pela grande maioria e que esta sempre primou pela
79 transparência de suas ações, pela responsabilidade e respeito ao usuário,
80 colocando-se à disposição para outros esclarecimentos. Houve um debate e
81 reflexões acerca dos processos de modernização da rede para adequação às
82 normativas atuais que às vezes entram em conflito com a tradição e os
83 processos históricos das instituições, sendo enfatizado que essas novas
84 normativas e regulamentações trazem uma melhor definição e direcionamento
85 para a política de assistência social e estas devem ser cumpridas, porém sem
86 desconsiderar o contexto histórico da instituição, garantir a qualidade das
87 ações e o respeito e zelo pelos usuários. Elenir afirmou que todas as
88 adequações necessárias para o melhor atendimento dos usuários estarão
89 sendo feitas e que a Instituição poderá admitir novos usuários dentro do
90 número de atendimentos estabelecido. A conselheira Raquel lembrou que
91 quando foi feito o Aceite do Serviço de Residência Inclusiva ficou registrado
92 que haveria um processo de seleção de entidades para execução desse
93 serviço, diante dessa questão, solicitou a manifestação do Órgão Gestor. Ana
94 Paula confirmou que o Órgão Gestor fez essa recomendação, porém neste
95 momento traz essa discussão para o conselho, que pode deliberar pela
96 realização do processo de seleção ou pela indicação de execução do Serviço
97 pela Casa São Camilo. Dalva explicou que essa Instituição se dispôs a assumir
98 a residência inclusiva, uma vez que já possui usuários com perfil para essa
99 modalidade de atendimento e ressalta que no ano passado o Órgão Gestor
100 consultou toda a rede para a execução desse serviço e nenhuma se dispôs a
101 assumir. Elenir pontuou que os usuários já possuem vínculos com a instituição,
102 sendo que alguns estão na Casa São Camilo há vários anos. Cloves
103 recomendou que os novos serviços devem ser feitos por meio de processo
104 seletivo. O conselheiro Fernando disse que acredita no processo realizado de
105 forma transparente e pública, e que essa medida possibilita também a

106 valorização da entidade selecionada. Tina propôs que a Entidade apresente um
107 plano de ação de execução do serviço, que seja avaliado por meio de processo
108 licitatório ou pela nomeação de uma comissão paritária, entre órgão gestor e
109 conselho. Dalva apontou que neste momento o CMAS deverá definir se o
110 órgão gestor deve fazer um processo de seleção para a execução do serviço
111 de residência inclusiva ou se delibera pela execução desse Serviço pela Casa
112 São Camilo e pontuou que 50% das vagas desta primeira Residência serão
113 compostas pelos usuários daquela instituição. O órgão gestor tem a intenção
114 de implantar esse serviço até outubro deste ano e elencou todas as ações para
115 a implantação, como a busca pela residência, a negociação para as
116 adaptações necessárias nesta, além da construção do plano de ação. Tina
117 encaminhou as duas questões para votação. A execução por meio de processo
118 licitatório recebeu dois votos e 11 pessoas votaram a favor da execução do
119 serviço de residência inclusiva pela Casa São Camilo. Sendo aprovada esta
120 ultima proposta. Tina solicitou que os planos de ação desses dois serviços,
121 Residência Inclusiva e Centro Dia, sejam apresentados para análise do
122 Conselho. Dalva informou que está sendo preparado um edital para a
123 execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, afirmando
124 que o Órgão Gestor tem buscado atuar com transparência em todas as suas
125 ações. Cloves fez algumas considerações sobre as dificuldades enfrentadas
126 pelas Instituições de acolhimento ao idoso, no que se refere aos atendimentos
127 de saúde. Tina sugeriu que as Instituições provoquem uma audiência publica
128 intersetorial para as discussões e pactos de gestão, com a ciência e
129 participação do Ministério Público, para as questões relacionadas a essa área.
130 Após Tina passou a palavra para a Diretora de Proteção Social Especial, Ana
131 Paula que iniciou sua apresentação referente aos termos de aceite propostos
132 pelo órgão gestor. A Diretora, falou das ações, público alvo e das
133 responsabilidades de gestão no Termo de Aceite para expansão do PAEFI.
134 Informou que há uma manifestação favorável do Prefeito para implantação de
135 uma segunda unidade de CREAS no 2º semestre de 2014, e assim o Órgão
136 Gestor propõe o aceite de cofinanciamento federal para a oferta do Serviço de
137 Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI com
138 valor mensal de R\$13.000,00 (treze mil reais). Esclareceu que o prazo inicial
139 de implantação é de 6 (seis) meses, porém o MDS já está ciente de que haverá
140 a necessidade de prorrogação desse prazo e já se manifestou favorável a essa

possibilidade de prorrogação. O Aceite foi colocado em votação sendo aprovado por unanimidade. Ana Paula passou então, a apresentação do Termo de Aceite do Serviço Especializado em Abordagem Social, apresentando as ações, responsabilidades do Gestor e o público alvo do Serviço. Disse que o serviço deve ser Referenciado ao CREAS e pode ser executado por unidade estatal ou por entidade da rede privada e neste momento o município propõe a adesão somente com a condição da identificação de entidade para parceria na execução desse serviço que terá o cofinanciamento Federal no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais). Enfatizou que o município não fará a execução direta desse serviço e que o Órgão Gestor convocará as entidades para propor essa execução. Ressaltou que se trata de expansão, uma vez que o município já executa esse serviço referenciado ao Centro Pop. Colocado em votação o colegiado aprovou por unanimidade o aceite com as ressalvas propostas pelo órgão gestor. Em seguida, Tina passou ao ultimo assunto, referente à proposta de calendário de atividades das comissões de trabalho, para o mês de Agosto. Tina sugeriu que o calendário seja enviado aos conselheiros que poderão se posicionar se concordam ou se sugerem outras datas para que sejam organizados os trabalhos das comissões. Maria Amélia apresentou os trabalhos a serem realizados pelas comissões e informou que o calendário será encaminhado por email aos conselheiros. Ficou para a próxima reunião a definição e composição de comissão organizadora da audiência publica que deve ser realizada neste segundo semestre. Após as considerações dos conselheiros, a presidente Tina passou aos informes, sendo o primeiro o Convite da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência /Prefeitura de Franca para reunião técnica e apresentação do *PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA “VIVER SEM LIMITE”* que será realizada no dia 27 de Agosto no auditório do SENAI, havendo a necessidade de confirmar presença. Com relação à audiência pública do legislativo para discussão do PPA e LDO, foi informado que ocorrerá no próximo dia 05 às 19h30, na Câmara Municipal, enfatizando a importância de participação e divulgação. Em seguida foi apresentado o Caderno de Orientações e Legislação do Programa Bolsa Familia e Cadastro único que ficará disponível para consulta. Maria Amélia informou que o caderno também é acessível para download no site do MDS. Finalizando Tina informou que haverá a Assembleia para Eleição de Representantes da Sociedade Civil para

176 compor o conselho da pessoa com deficiência que será no dia 08 de agosto às
177 9h na SEDAS. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e ata
178 lavrada pela Secretaria Executiva do CMAS.